

Análise da cadeia de valor do cacau em São Tomé e Príncipe

A análise das cadeias de valor contribui para sustentar um diálogo informado sobre políticas públicas e decisões de investimento. Estas análises permitem compreender a forma como o desenvolvimento agrícola se ajusta às dinâmicas do mercado e avaliam o impacto que as diferentes etapas da cadeia de valor produzem nos pequenos produtores, empresas, sociedade e meio ambiente.

Esta ferramenta metodológica multidisciplinar desenvolvida sob os auspícios da Direção-Geral das Parcerias Internacionais da União Europeia (<https://europa.eu/capacity4dev/value-chain-analysis-for-development-vca4d/wiki/1-vca4d-methodology>), tem por objectivo avaliar a dimensão da contribuição da cadeia de valor para um crescimento inclusivo, assim como o seu grau de sustentabilidade em termos económicos, sociais e ambientais.

Contexto sectorial

Atingindo um valor próximo de 3,550 t em 2017, o cacau produzido na República Democrática de São Tomé e Príncipe (STP) representa apenas cerca de 1/1 000 da produção mundial (3 a 4 milhões de t/ano), sendo hoje considerada na lógica de produção de nicho. O cacau é o principal produto de exportação

do país, sendo a sua qualidade organoléptica reconhecida no mercado internacional, com 30% classificado na categoria de “fino e de aroma”. A cadeia de valor (CdV) do cacau conta com uma estrutura organizacional diversificada, com organizações cooperativas de pequenos produtores, mas também integra empresas privadas de média e grande dimensão.

Intervenção de União Europeia

A cooperação entre STP e a União Europeia (UE) prossegue os objetivos da Estratégia Nacional de Redução da Pobreza (ENRP III, 2017–21) e do Plano Nacional de Desenvolvimento (PND 2017-21). Dentro do pilar “aceleração do crescimento económico sustentável”, o Governo visa promover investimentos no sector agrícola para reduzir a pobreza, aumentar a segurança alimentar, estimular o emprego e reforçar a competitividade das exportações. No contexto do Programa Indicativo Nacional 2014-2020 do 11º FED, a UE apoia o esforço do Governo através do programa “Apoio às fileiras agrícolas de exportação de STP”, com um valor de 6,75 milhões €. O objetivo é o de aumentar a qualidade e quantidade da produção sustentável de produtos tradicionais de exportação, dos quais o cacau faz parte, reforçando o acesso e o prestígio desses produtos no mercado mundial. A Figura 1 apresenta os principais actores e fluxos para as subcadeias de cacau convencional e cacau certificado.

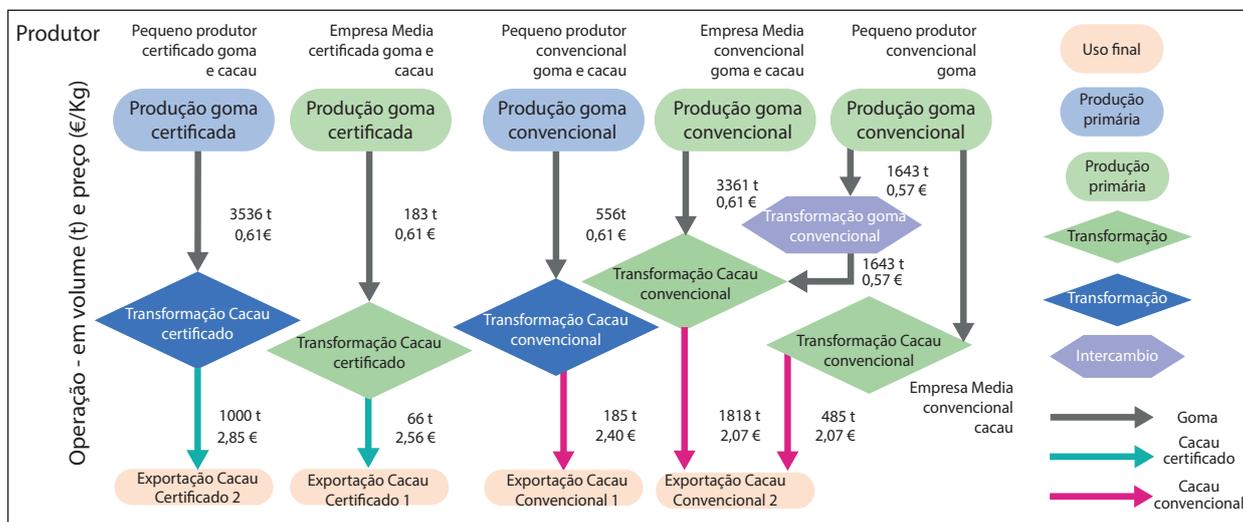


Figura 1: Principais fluxos da CdV do cacau em São Tomé e Príncipe

Análise funcional

Localização da produção e actores

As zonas de maior produção na ilha de São Tomé são o Centro-Sul, o Centro-Norte e o Norte. Os cacauzeiros ocupam uma área próxima de 25 mil hectares e são, frequentemente, plantados em co-associação com outras produções agrícolas, como a banana, a fruta pão e a manga.

Existem duas modelos de produção de cacau em STP: **cacau convencional** (2 488 t em 2017), dependente dos preços praticados na Bolsa de Nova Iorque; **cacau certificado** (1 065 t em 2017), seja biológico, orgânico o associado aos circuitos de comércio justo (Figura 1).

De acordo com a dimensão, existem os **pequenos produtores** (~7 600, caracterizados por uma média de 1,5 ha por parcela cultivada de cacau) e as **empresas médias ou grandes** (12, com concessões diversas, ocupando desde centenas a milhares de ha). A produção de cacau certificado é, sobretudo, assegurada pelos pequenos produtores associados em **duas cooperativas**: a Cooperativa de Exportação de Cacau Biológico (CECAB) e a Cooperativa de Exportação de Cacau de Qualidade (CECAQ11), sendo que a **certificação é concedida à entidade cooperativa, não a um produtor em particular**.

Os produtores de cacau realizam todas as atividades de plantação, colheita, fermentação, secagem, exportação (Figura 2). Com efeito, não há entidades vocacionadas apenas para as fases de pós-colheita, grossistas ou retalhistas. Os pequenos produtores de cacau em goma (4 270 produtores) vendem directamente para as empresas médias que produzem o cacau num regime convencional. Os pequenos produtores de goma e cacau (2 775 produtores com certificação e 556 convencionais) realizam a produção de goma, fermentação e secagem na associação de produtores e exportam o cacau através das cooperativas. As empresas médias de goma e cacau (2 certificadas, 3 convencionais) realizam todas as atividades nas suas instalações próprias. Uma empresa localizada na ilha do Príncipe também produz chocolate a partir do cacau.

Mercados, preços e certificação

O mercado interno tem uma expressão ainda incipiente (inferior a 0,1% da produção), sendo representado pela

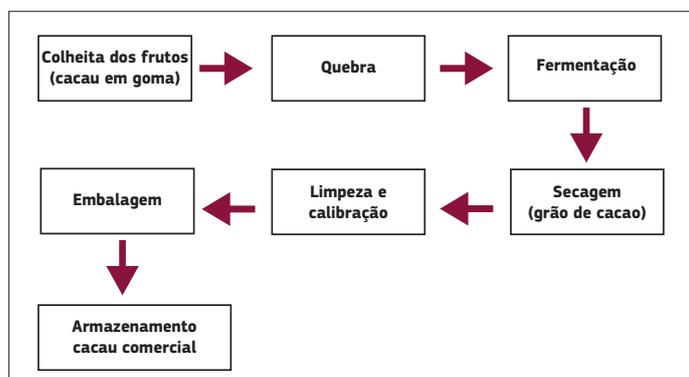


Figura 2: Diferentes etapas da produção de cacau

venda de **chocolate local** aos turistas, e por uma gama simples de outros produtos (cacau em pó, biscoitos, amendoim com chocolate, banana seca com chocolate, etc.), produzidos por um grupo de cerca de 10 pequenos empresários.

Mais de **99% da produção é exportada**, sobretudo por via marítima, para os países europeus. O cacau de STP preenche um nicho de alta qualidade no mercado de cacau convencional, em especial o designado por cacau 'fino e de aroma' (ainda que sem denominação de origem) e, como referido, integra-se também no mercado de cacau certificado (biológico, comércio justo, etc.).

Actualmente, os exportadores declaram um valor à alfândega equivalente ao preço internacional. Este facto significa que **o cacau de comércio justo e biológico possuem preços subvalorizados** devido ao pagamento de **prémios aos agricultores**. Em regra, no caso dos produtores organizados em cooperativas integrando o rótulo de comércio justo, esse prémio concretiza-se **na forma de obras sociais** (escolas, melhoramento de estradas, medicamentos) e, no caso do cacau biológico, na forma **de fatores de produção** (sulfato de cobre, cal, serviço de poda, vestuário, construção de cercas, etc.).

A **produção convencional** é particularmente **vulnerável aos preços internacionais**, pelo que uma queda dos preços do cacau pode mesmo tornar crítica a situação económica do país. Em contrapartida, a produção certificada é menos exposta a mudança de preços. Por esse facto, os pequenos produtores organizados parecem mais resilientes que as empresas convencionais à queda dos preços.

Governança

O cacau depende, essencialmente, do Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural (MADR). O Centro de Investigação Agro-Tecnológica (CIAT), agregado ao MADR, ocupa-se do tratamento sanitário e da certificação para a exportação. Verifica-se **uma escassez de serviços prestados ao produtor por parte do Estado** (e.g. assistência técnica a pragas, controlo da qualidade de solos, métodos de rega, formação avançada, etc.). Outras instituições importantes são a Câmara de Comércio, Indústria, Agricultura e Serviços (CCIAS), a qual representa o sector privado nacional, e a Federação Nacional dos Pequenos Agricultores (FENAPA) que tem atividades de apoio ao controlo de preços, principalmente para os produtores de cacau não associados. Assim, na verdade, **o principal apoio aos produtores é garantido pelas CECAB e CECAQ11** o que, note-se, exclui os pequenos produtores não associados. Por outro lado, ao nível das empresas de média dimensão, a sua coordenação é relativamente ténue, tendo circuitos próprios de acção.

Análise económica

Rentabilidade económica dos actores

A produção de cacau **é lucrativa para a muitos actores, sendo a excepção os pequenos produtores convencionais de goma** (cerca de 4 270 do número total de 7 600).

O **lucro operacional líquido** anual (benefícios para os actores) de um **pequeno produtor de goma e cacau, seja certificado ou convencional**, é semelhante, respetivamente 8 233 e 8 372 dobras (db) (336 € e 342 €). Pelo contrário, um **pequeno produtor de goma tem um lucro negativo**, igual a -1 137db (-46 €), devido aos rendimentos baixos, falta de assistência técnica, plantações idosas e dependência das compras das empresas, o que os leva a preferirem ser trabalhadores assalariados. Entre as empresas, **as médias convencionais de goma e cacau possuem o maior lucro** (4,6 milhões db/ 190 000 €), seguidas pelas médias certificadas de goma e cacau (1,2 milhões db/ 50 000 €) e as médias convencionais de cacau (530 000 db/ 21 000 €). **O lucro do cacau é inferior ao salário mínimo** (13 200 db/ano em 2017) **para um produtor** e, por isso, tendem a combinar a sua plantação com outras culturas de rendimento.

En termos de **taxa de rentabilidade**, a **produção certificada tem o valor mais elevado** (59% para as empresas médias, e 33% para os produtores devido ao pagamento do prémio), seguida pela produção convencional (46% para as empresas médias e 43% para os produtores). Uma fragilidade clara regista-se na produção de goma (6,5% para as empresas e -12% para os produtores).

Impacte na economia nacional

O **valor acrescentado (VA) total** (78% de VA directo e 22% de VA indirecto) da CdV do cacau **em 2017** foi estimado em **178 milhões db** (7,2 milhões €), com uma **contribuição de 2,1% para o PIB e de 17,3% para o PIB agrícola**. O VA total na economia nacional é **composto maioritariamente por trabalho (44%) e pelo lucro para os actores (42%)** (Figura 3). Quanto ao lucro directo, o 21% do VA directo são para os pequenos produtores e 43% para as empresas. Cerca de 60% do VAT é dirigido para pequenos produtores e trabalhadores na cadeia, conferendo um carácter muito inclusivo à CdV do cacau em STP.

A contribuição da CdV do cacau para a **balança comercial é altamente positiva**, no valor total de **183 milhões db** (7,5 milhões €). As exportações totais correspondem à 227 milhões

db (9,3 milhões €). As importações de factores de produção (produtos fitossanitários, combustível, pequenos equipamentos, ferramentas agrícolas e embalagens) equivalem a 44 milhões db (1,8 milhões €), importados ao 80% de Portugal.

O Estado cobra impostos no valor de 17 milhões db (696 000 €), sobretudo em resultado das taxas alfandegárias aplicadas às importações (sulfato de cobre, cal, combustíveis, etc.). Por outro lado, concede subsídios da ordem de 27 milhões db (1,1 milhões €), principalmente para a utilização do sulfato de cobre, subsidiado até 67% do preço. Consequentemente, **a contribuição da CdV para as finanças públicas é negativa (-10 milhões db/ -406 mil €)**.

Viabilidade na economia internacional

A **CdV é competitiva ao nível internacional. O Custo do Recurso Doméstico (CRD) é de 0,5 (< 1)**, sendo os recursos domésticos utilizados inferiores à riqueza criada, medida a preços internacionais. **A CdV está protegida em relação ao mercado internacional, com os Coeficientes de Protecção Nominal (CPN) e de Protecção Efetiva (CNE) superiores a 1**. Este deve-se ao facto dos pequenos produtores do cacau certificado serem subsidiados em dois terços pelas cooperativas na compra de sulfato de cobre.

Criação do emprego

A CdV possui o **equivalente de 8 mil empregos** composto por cerca de 7 600 pequenos produtores pluriactivos com mão-de-obra familiar e assalariada e mais de 700 empregos gerados pelas empresas médias. O trabalho assalariado é altamente concentrado entre os pequenos produtores de goma (51% para os salários) e os pequenos produtores certificados de goma e cacau (33%).

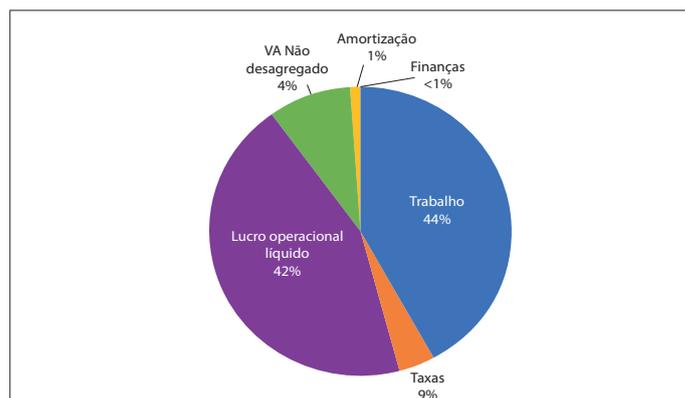


Figura 3 : Distribuição do valor acrescentado

QUAL É A CONTRIBUIÇÃO DA CADEIA DE VALOR PARA O CRESCIMENTO ECONÓMICO?

Pode-se afirmar que a CdV é lucrativa para muitos dos seus actores. O cacau representa um valor de 57% das exportações e uma importante contribuição para o PIB agrícola (17%). Os actores de produção, processamento e exportação de cacau promovem o emprego em todos os níveis da cadeia. Neste quadro, começam a registar-se iniciativas, incipientes mas promissoras, de transformação artesanal ou semi-industrial em produtos de chocolate destinados tanto a exportação como ao mercado doméstico.

A CdV é competitiva a nível internacional, com perspectivas interessantes em particular para o modelo de cacau de qualidade “fino e de aroma” e para o cacau certificado. Contudo, a CdV é relativamente vulnerável a uma queda dos preços internacionais, o que pode pôr em risco a sua sustentabilidade económica, sobretudo da produção convencional.

Análise social

A tabela e a figura 4 debaixo fornecem uma imagem da situação nos 6 domínios estratégicos da análise social.

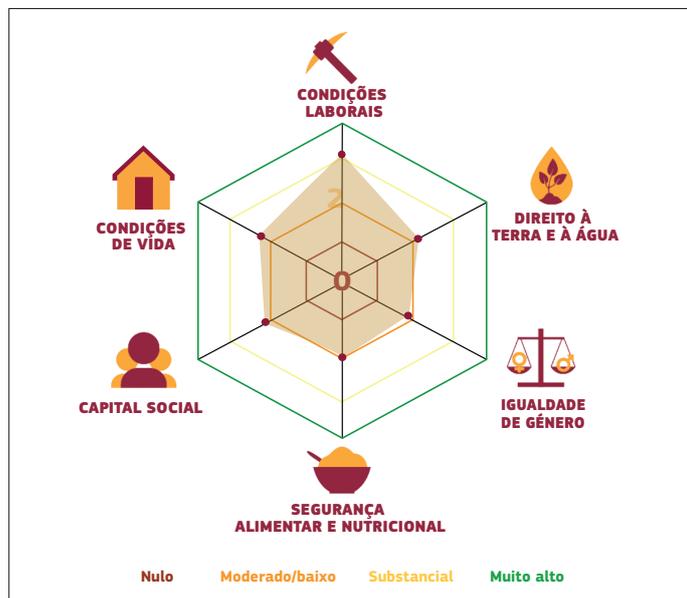


Figura 4: Perfil social

Condições laborais	<ul style="list-style-type: none"> As cooperativas e as empresas formais garantem a segurança de emprego aos seus trabalhadores. Não existe oficialmente trabalho infantil, mas muitas crianças são submetidas à pressão familiar para ajudar no trabalho agrícola. Boa concordância dos salários com os padrões locais e respeito dos contratos de trabalho.
Direito à terra e à água	<ul style="list-style-type: none"> O acesso à terra está, em geral, garantido. Transações sobre a terra efectuadas de forma negociada entre vendedor e comprador. Não seguem, na prática, a lei da propriedade da terra que é um quadro legal antigo (1991), ainda em processo de revisão. Mesmo que os produtores sejam consultados e associados ao processo de redistribuição das parcelas inutilizadas, têm pouco poder para se oporem às decisões. Não há nenhum caso de aquisição de terra em São Tomé. Em Príncipe, há casos de transferência de terra devido a investimentos no turismo com processo de compensações das famílias deslocadas.
Igualdade de género	<ul style="list-style-type: none"> A igualdade de género está oficialmente garantida, mas não é plenamente exercida. Mulheres muito presentes em todas as etapas da CdV, mais, na maioria dos casos, limitadas a tarefas técnicas específicas e tradicionais. As mulheres não têm posições de responsabilidade, com algumas exceções nas empresas de processamento local.
Segurança alimentar e nutricional	<ul style="list-style-type: none"> Os agricultores têm a possibilidade de plantar ou ter acesso (através da venda de cacau) a uma grande variedade de produtos tais como abacate, mandioca, batata-doce, peixe, etc. Algumas cooperativas experimentam um sistema de lojas próprias (cantinas) nas quais os membros, durante a venda de cacau, alimentam uma conta de adiantamento usada fora da época do cacau para bens de primeira necessidade. Os projetos turísticos ligados ao cacau aumentam as oportunidades comerciais e o maior rendimento pode ser utilizado por alimentos, entre outros usos.
Capital social	<ul style="list-style-type: none"> As cooperativas são organizações “guarda-chuva” de produção e têm uma dimensão social para os produtores (gestão do pagamento do prémio, assistência técnica, etc.). A autonomia das cooperativas pode ser comprometida a prazo por falta de meios financeiros e conclusão de projetos de fortalecimento. A capacidade negocial com médias e grandes empresas (em termos de insumos, volumes, preços de venda, etc.) é ainda baixa. Há diferenças notáveis entre os produtores associados e os isolados. As cooperativas apenas enquadram cerca da metade dos produtores, dos quais nenhum em Príncipe.
Condições de vida	<ul style="list-style-type: none"> Apoio muito projetos públicos e privados com investimentos, entre outros na construção/reabilitação de infraestruturas, construção de escolas, transporte, construção de captações de água para abastecimento nas comunidades, etc. As cooperativas, no caso de produção certificada, apoiam aos produtores em forma de obras sociais, graças a gestão do prémio.

O CRESCIMENTO ECONÓMICO É INCLUSIVO?

A CdV é inclusiva, sendo a distribuição do valor acrescentado favorável aos assalariados e aos pequenos produtores e a maioria dos produtores são proprietários que incluem o trabalho seu e da família na produção. Contudo, o lucro operacional líquido anual derivado do cacau dos pequenos produtores é inferior ao salário mínimo rural e é necessário que a produção seja associada a outras culturas de rendimento. Finalmente, o Estado contribui também para garantir esse modelo inclusivo, desempenhando um papel relevante, especialmente no subsídio à aquisição de sulfato de cobre concedido aos pequenos produtores.

A CADEIA DE VALOR É SOCIALMENTE SUSTENTAVEL?

A CdV é socialmente significativa embora variável. Subsistem áreas onde se requer um esforço adicional, nomeadamente no papel das mulheres, frequentemente reduzidos a tarefas técnicas “específicas” e tradicionais, mas não a funções de tomada de decisão. Assim, as condições de vida dos trabalhadores possuem diferenças assinaláveis nas áreas onde as cooperativas estão implantadas, nomeadamente no acesso a água potável, saúde e instalações de educação (creches), habitação e eletricidade.

A palavra chave para reforçar a CdV é profissionalização, a nível técnico e de capacitação institucional. O movimento cooperativo tem a vantagem de agregar uma dimensão social ao desenvolvimento das explorações agrícolas. Não obstante, mesmo com a existência de cooperativas e associações, afigura-se que os interesses dos pequenos produtores são pouco considerados e a sua capacidade negocial é reduzida.

Análise da sustentabilidade ambiental

A análise do ciclo de vida (ACV) avaliou os impactos da produção de cacau, certificado e convencional, desde o início da CdV, considerado a criação de plantas em viveiro, até ao ponto final da colocação dos sacos de cacau para exportação no porto de São Tomé.

Danos a saúde humana e recursos

As duas subcadeias, certificada e convencional, exibem características típicas dos sistemas de baixos inputs e transformação, revelando o **peso dominante dos transportes nas categorias de impactos** nos descritores saúde humana (devido às partículas finas emitidas e que contribuem para o aquecimento global) e **depleção de recursos** (em particular, de recursos fósseis) (Figura 5).

Ainda que de índole e grau relativamente semelhante, **a subcadeia convencional apresenta impactos absolutos mais elevados**. Esse deve-se ao maior consumo de combustível por unidade funcional utilizado para o transporte de fungicidas e herbicidas. O peso relativo dos transportes não merece especial sobrevalorização pois, constitui uma necessidade da própria existência da CdV (típica de fileiras curtas), com

Cacau Certificado %	Transporte Porto	Limpeza, calibração e armazenamento	Secagem Solar	Transporte Secador	Fermentação	Transporte Fermentador	Fase Produção	Fase Estabelecimento	Viveiro
	Saúde humana	4,219	0,736	0,675	0,003	0,081	88,515	4,108	1,279
Ecosistemas	0,957	0,074	2,869	0,000	0,613	9,854	81,504	3,982	0,146
Recursos	9,968	0,108	1,822	0,003	0,146	86,917	0,150	0,685	0,201

Cacau convencional %	Transporte Porto	Limpeza, calibração e armazenamento	Secagem Solar	Transporte Secador	Fermentação	Transporte Fermentador	Fase Produção	Fase Estabelecimento	Viveiro
	Saúde humana	5,423	0,627	0,575	0,003	0,069	86,972	4,783	1,191
Ecosistemas	1,341	0,070	2,711	0,000	0,579	10,733	80,484	3,939	0,144
Recursos	12,489	0,092	1,539	0,003	0,123	84,658	0,359	0,560	0,177

(vermelho para uma contribuição relativa superior a 50%, lilás entre 50-20%, yema 20-5% e verde se inferior a 5%)

Figura 5: Contribuição das etapas cadeia de valor do cacau certificado e convencional aos danos ambientais (Ilha de São Tomé)

possibilidades de mitigação se forem implementadas políticas públicas mais robustas (e.g.: regulação de emissões dos combustíveis e eficiência dos motores, melhoria de vias de circulação).

Danos ao ecossistema

Os **principais impactos sobre o descritor ecossistema** resultam do **uso do solo na fase de produção** (Figura 5). Entre as possíveis medidas de mitigação identificam-se a substituição faseada dos pomares envelhecidos por novos, a melhoria das práticas de condução e, dado que a produtividade média é baixa, uma melhor manutenção. Também a nível dos ecossistemas, a subcadeia convencional regista impactos mais elevados em consequência, sobretudo, da baixa produtividade dos produtores convencionais não associados, com mais dificuldade no acesso a assistência técnica. Nota-se, igualmente, **um maior consumo de água por parte dos grandes/médios produtores convencionais** (26% superior em comparação com a subcadeia certificada).

Impacte (ponto intermédio)	Uso do solo	Ecotoxicidade	Toxicidade não-carcinogénica (metais pesados)	Consumo de água (irrigação)	Aquecimento global e Partículas finas
Área de protecção (ponto final)	Ecossistemas	Ecossistemas	Saúde Humana	Saúde Humana e Ecossistemas	Saúde Humana
Nível de impacte	Elevado	Moderado	Moderado	Moderado	Elevado
Ponto da Cadeia de Valor	Produção Agrícola	Produção Agrícola	Produção Agrícola	Produção Agrícola	Transportes
Causa da disfunção ambiental	Alteração do uso do solo	Controlo fitossanitário - sulfato de cobre	Controlo fitossanitário - sulfato de cobre	Escassez de água em áreas e períodos desfavoráveis	Emissões derivadas do consumo de combustíveis

Figura 6: Sinopse dos principais impactos ambientais associadas à produção de cacau em São Tomé e Príncipe



A CADEIA DE VALOR É AMBIENTALMENTE SUSTENTÁVEL?

A avaliação de impactos ambientais está em linha com o tipicamente verificado nas fileiras agrícolas de baixo inputs e processos de transformação agro-industrial relativamente simples. A subcadeia do cacau convencional apresenta impactos mais elevados, o que significa que a produção certificada e biológica presta-se melhor para garantir a conservação e protecção ambiental a longo prazo. Este depende, em grande parte, do facto de exigir um menor transporte dos factores de produção. Os aspectos chave para assegurar a futura sustentabilidade ambiental afiguram-se ser a conservação da fertilidade do solo, a melhor gestão da água e, neste caso, também a expansão dos sistemas da rega. Note-se que os cenários futuros de vulnerabilidade climática indiciam um aumento da escassez hídrica em certas zonas e o aumento de disponibilidade em outras acentuando-se, assim, a heterogeneidade territorial em STP.

Principais conclusões e recomendações

O cacau é um produto tradicional e um património intrínseco de STP, com uma qualidade reconhecida internacionalmente. A cadeia de valor contribui positivamente para o crescimento económico e tem um carácter inclusivo do ponto de vista social, mas ainda apresenta algumas vulnerabilidades (baixo lucro dos produtores, por exemplo). No quadro social, ressaltam as associações em cooperativas como o melhor exemplo de sucesso para os produtores, apesar da sua relativa fragilidade institucional e económica. Tendo em consideração as características de STP, em particular a sua localização geográfica e as dificuldades infraestruturais para a exportação, as oportunidades da CdV do cacau para subir no nível residem, principalmente, na especialização da produção certificada para o segmento “cacau fino e de aroma” e na capacidade em aumentar a oferta de produtos regionais de qualidade para exportação e para os turistas e o mercado local (e.g.: chocolate, compotas, xarope de goma, biscoitos).

O maior risco estratégico para o valor da produção de cacau reside na perda da certificação biológica ou orgânica. Este risco apenas se concretizará perante uma eventual incapacidade em suportar os custos de certificação ou na incapacidade de assegurar a rastreabilidade. Não obstante, subsistem outras ameaças. Entre elas destacam-se a instabilidade dos preços do cacau no mercado internacional, a competição desregulada para a aquisição de cacau aos pequenos produtores, a instabilidade nas políticas públicas de apoio, a fragilidade das organizações de agricultores, a redução de terras disponíveis para agricultores e empresas e, por último, a vulnerabilidade climática e a eventual carência em recursos hídricos disponíveis.

Neste sentido, efectuam-se as seguintes recomendações para promover a robustez da cadeia de valor, recomendações essas dirigidas ao Estado, às empresas agrícolas e agroindustriais, assim como às associações do sector:

1. estabilizar as **políticas públicas de apoio à fileira do cacau** e reforçar o **financiamento para a criação de valor**;
2. aumentar o potencial económico empresarial da produção de cacau investindo, numa primeira linha, na **qualidade** e na **excelência** e, em seguida, no **aumento da produtividade**;
3. garantir a manutenção da **certificação de qualidade biológica** e promover a expansão da certificação social voluntária (rótulos comércio justo);
4. reforçar o apoio público ao persistente trabalho técnico que está a ser desenvolvido para **obtenção de uma certificação de cacau premium, de origem certificada**, visando a promoção da imagem internacional do cacau com origem em STP;
5. **investir** na formação e no desenvolvimento de competências técnicas - incluindo **no reforço do controlo fitossanitário e na capacidade de gestão ambiental**;
6. **investir no desenvolvimento de competências sociais na área rural**, em particular dos mais vulneráveis (os produtores de cacau em goma e pequenos produtores não associados);
7. modernizar o parque rodoviário para reduzir a poluição ambiental, nomeadamente com a introdução de um **quadro regulamentar de inspecções rodoviárias periódicas**;
8. promover **medidas ambientais complementares – como a conservação do solo** para preservar a fertilidade, a disponibilização de **infraestruturas de rega** para minorar a escassez hídrica que já se verifica em zonas climáticas menos favoráveis.

Value Chain Analysis for Development (VCA4D) é uma ferramenta financiada pela Comissão Europeia / INTPA e implementada em parceria com a Agrinatura.

A Agrinatura (<http://agrinatura-eu.eu>) é uma Aliança Europeia de Universidades e Centros de Investigação envolvidos em investigação agropecuária e capacitação para o desenvolvimento.

A informação e o conhecimento produzidos através da análise de cadeias de valor destinam-se a apoiar as Delegações da UE, assim como os seus parceiros, na melhoria do diálogo político para a viabilização de investimentos e ao entendimento das mudanças que possam advir dessas ações.

O VCA4D utiliza uma estrutura metodológica sistemática para analisar as cadeias de valor na agricultura, pecuária, pesca e sistemas agroflorestais. Mais informações podem ser consultados em: <https://europa.eu/capacity4dev/value-chain-analysis-for-development-vca4d>

Este documento foi adaptado do relatório “Análise da cadeia de valor do cacau em São Tomé e Príncipe (2019)” por Antonio Guerreiro de Brito (ISA), Gustavo Saldarriaga, Sylvain Dardel (ICRA), Benjamim Nascimento, Ana Maria Buritica e Helena Farrall (ISA). Somente o relatório original vincula os autores.

